

**OS ARDIS DA MEMÓRIA: O DEBATE PÚBLICO SOBRE O GOLPE E A DITADURA  
NO BRASIL EM TEMPOS DE REVISIONISMO HISTÓRICO E OFENSIVA  
CONSERVADORA**

**LOS TRUCOS DE LA MEMORIA: EL DEBATE PÚBLICO SOBRE EL GOLPE Y LA  
DICTADURA EN BRASIL EN TIEMPOS DE REVISIONISMO HISTÓRICO Y  
OFENSIVA CONSERVADORA**

**THE TRICKS OF MEMORY: THE PUBLIC DEBATE ABOUT THE COUP AND THE  
DICTATORSHIP IN BRAZIL IN TIMES OF HISTORICAL REVISIONISM AND  
CONSERVATIVE OFFENSIVE**

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v16i1.60815>

Carlos Zacarias de Sena Júnior<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo desse trabalho é refletir sobre as formas como o conhecimento e a discussão sobre passados traumáticos são elementos indissociáveis de uma visão ético-política de mundo. Buscaremos analisar as formas como as disputas de memória e os embates historiográficos introduziram no discurso científico uma noção anódina de objetividade cujo papel hegemônico terminou por condenar, a priori, qualquer produção matizada pela crítica ético-política ao golpe de 1964 e à Ditadura Militar brasileira (1964-1985), inspirada ou não no marxismo. Pretendemos discutir os caminhos atuais das disputas de memória a luz das transformações políticas que influenciam a forma como o passado recente do Brasil é percebido, tentando compreender algumas teses apresentadas pela historiografia recente. Tentando descobrir de que modo as batalhas de memória operam nas diversas esferas do debate e como o produto da reminiscência pode ser transfigurado de maneira dramática e com interesses políticos evidentes, o que pretendemos nesse texto é discutir a memória do golpe de 1964 e da Ditadura Militar brasileira à luz do que se chama de usos políticos do passado.

**Palavras-chave:** História. Memória. Ditadura Militar brasileira. Revisionismo. Usos políticos do passado.

**Resumen:** El objetivo de este trabajo es reflexionar sobre las formas en que el conocimiento y la discusión sobre pasados traumáticos son elementos inseparables de una cosmovisión ético-política. Buscaremos analizar las formas en que las disputas de memoria y los choques historiográficos introdujeron en el discurso científico una noción anodina de objetividad cuyo papel hegemónico terminó condenando, a priori, cualquier producción teñida por la crítica ético-política del golpe de 1964 y la Dictadura Militar brasileña. (1964-1985), inspirado o no en el marxismo. Pretendemos discutir los caminos actuales de las disputas por la memoria a la luz de las transformaciones políticas que influyen en la forma en que se percibe el pasado reciente de Brasil, tratando de comprender algunas tesis presentadas por la historiografía reciente. Tratando de descubrir cómo operan las batallas de la memoria en los diferentes ámbitos del debate y cómo el producto de la reminiscencia puede

transfigurarse de manera dramática y con evidentes intereses políticos, lo que pretendemos en este texto es discutir la memoria del golpe de 1964 y de la Dictadura Militar brasileña a la luz de los llamados usos políticos del pasado.

**Palabras clave:** Historia. Memoria. Dictadura Militar brasileña. Revisionismo. Usos políticos del pasado.

**Abstract:** The objective of this work is to reflect on the ways in which knowledge and discussion about traumatic pasts are inseparable elements of an ethical-political worldview. We will seek to analyze the ways in which memory disputes and historiographical clashes introduced into scientific discourse an anodyne notion of objectivity whose hegemonic role ended up condemning, a priori, any production colored by ethical-political criticism of the 1964 coup and the Brazilian Military Dictatorship (1964-1985), inspired or not by Marxism. We intend to discuss the current paths of memory disputes in light of the political transformations that influence the way Brazil's recent past is perceived, trying to understand some theses presented by recent historiography. Trying to discover how memory battles operate in the different spheres of debate and how the product of reminiscence can be transfigured in a dramatic way and with evident political interests, what we intend in this text is to discuss the memory of the 1964 coup and the Military Dictatorship Brazilian society in light of what are called political uses of the past.

**Keywords:** History. Memory. Military Dictatorship Brazilian. Revisionism. Political uses of the past.

No dia 1º, em evento de comemoração do aniversário de 30 anos da Constituição na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), o ministro Dias Toffoli, então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), referiu-se ao golpe civil-militar de 1964 como “movimento”. Citando um aprendizado que teria tido com Torquato Jardim, ministro da Justiça de Michel Temer, Toffoli afirmou: “Hoje, não me refiro nem mais a golpe nem a revolução. Me refiro a movimento de 1964”.

Três dias depois, em 4 outubro, em novo evento comemorativo da Carta de 1988, desta feita na sede do STF, o mesmo Dias Toffoli voltou a mencionar a história, utilizando-se de uma expressão cara na transição para a democracia: “É função primária de uma Constituição cidadã fazer ecoar os gritos do nunca mais. Nunca mais a escravatura, nunca mais a ditadura, nunca mais o fascismo e o nazismo, nunca mais o comunismo, nunca mais o racismo, nunca mais a discriminação” (TUROLLO JR.; CASADO, 2018).

O termo “nunca mais” é uma marca das tentativas de se estabelecer uma justiça de transição no continente latino-americano no processo de efetivação e consolidação das democracias. Na Argentina, o relatório oriundo de uma comissão encarregada de fazer um levantamento das violações aos direitos humanos nos tempos da ditadura, presidida pelo escritor Ernesto Sábato nos anos 1980, culminou no livro “Nunca Más”. No Brasil, na mesma década, por inspiração da experiência do país vizinho, criou-se o Grupo Tortura Nunca Mais, que produziu a mais importante iniciativa relacionada a denúncia da tortura e dos crimes da Ditadura Militar<sup>2</sup>, consubstanciados no projeto “Brasil: nunca mais”.<sup>3</sup>

No contexto brasileiro de fins da década de 2010, na semana que antecedeu ao primeiro turno da eleição que levaria Jair Bolsonaro à presidência, enquanto negava o consenso historiográfico em torno do golpe civil-militar de 1964, o presidente da mais alta Corte do país colocou o

“comunismo” como estando entre as situações históricas vivenciadas pela humanidade, como a escravidão, as ditaduras, o nazismo e o fascismo, sugerindo a sua recusa (PESSOA, 2018).

Sem que tivesse havido comunismo no Brasil ou em qualquer parte do mundo, a não ser em projeto de partidos e organizações que reivindicavam o legado de Marx e Engels, o que a fala de Toffoli denota, além do oportunismo, é uma forma de confusão bastante comum num tempo em que a extrema direita e os militares distribuem a responsabilidade dos golpes. Com a alegação de que eles foram necessários em função de um suposto perigo representando pela revolução, que estaria prestes a explodir, os defensores da memória histórica da Ditadura Militar brasileira voltavam a propagandear a ideia do perigo comunista.

Por absurdo que pareça, essa tese, desde sempre comum no ambiente castrense, vinha sendo defendida por historiadores acadêmicos, que em tempos recentes descobriram as “misérias” da historiografia militante e de aberta filiação ao marxismo. Ao falar do período da crise que antecedeu ao golpe de 1964, por exemplo, Toffoli citou o historiador e professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) Daniel Aarão Reis, aludindo ao suposto fato de que, nos anos 1960, tanto a esquerda quanto a direita conservadora tinham sido coniventes com o quadro de crise política. Não sendo capazes de assumirem seus erros, atribuíram os problemas exclusivamente aos militares.

Para o presidente do STF, portanto, a caracterização de “golpe” ou “revolução”, parecia ter mais relação com as polêmicas políticas engendradas sobre o passado recente do que com a história propriamente dita. Considerando que muitos não eram capazes de localizar o radicalismo e as dimensões equivocadas da atuação dos dois lados do espectro político que deram ensejo a ruptura constitucional em 1964, o melhor a se fazer, na compreensão de Toffoli, era evitar tomar partido.

Menos de um ano depois de proferidas as controversas palavras do presidente do STF, uma nova e ainda mais grave contenda foi inaugurada em função da iniciativa do presidente da República e ex-capitão do exército, Jair Bolsonaro, que recomendou que as Forças Armadas celebrassem a data de 31 de março de 1964, abrindo um flanco de crise que levou procuradores do Ministério Público Federal (MPF) a se manifestarem sobre o tema.

A posição de Bolsonaro sobre o assunto nunca foi novidade. Na condição de deputado federal, ao longo de 28 anos, o capitão reformado precocemente pelo exército sempre comemorou a data do golpe com estardalhaço, sendo conhecidas as muitas manifestações, provocações e discursos feitos pelo ex-militar que se esmerava em homenagear ao que chama de “contrarrevolução” de 1964.

Nos 50 anos da passagem da efeméride, por exemplo, o então deputado Bolsonaro postou, no YouTube, um vídeo em que aparece em frente ao Ministério da Defesa, soltando rojões diante de uma faixa onde se lê “Parabéns militares 31/março/64. Graças a vocês o Brasil não é Cuba”. Numa cena em que está ao lado de quatro pessoas, uma delas o seu filho Eduardo, que é um dos três que seguram a enorme faixa, enquanto uma quarta pessoa grava o vídeo, Bolsonaro pronuncia seu discurso, tendo ao fundo a célebre Canção do Expedicionário.

O vídeo, postado no canal do deputado, tem 2m46s, e traz o título “Esquerda nunca mais – 31/mar/64”. Em fins de março de 2024 tinha cerca 208 mil visualizações, apresentando o seguinte detalhamento do evento promovido pelo parlamentar: Bolsonaro comemora os 50 anos da ação militar em 1964 que impediu que o Brasil se tornasse uma ditadura de esquerda, garantindo a democracia em nosso país”.

Intercalado pelo estampar dos rojões, muitos cortes, poses e encenação, o ex-capitão deixa a sua mensagem:

31 de Março de 1964. Data da segunda independência do Brasil. Estamos aqui comemorando 50 anos da gloriosa contrarrevolução de 31 de março de [19]64. O grande líder da esquerda Luiz Carlos Prestes em meia-três [1963] já disse, num seminário de apoio a Cuba, que seu grande sonho era fazer com que o Brasil seguisse o exemplo da nação de Fidel Castro. Este sonho não se concretizou. A nossa liberdade e a nossa democracia devemos em especial aos militares, que evitaram que o Brasil fosse comunizado em 1964. No dia 2 de abril de 1964 o Congresso cassou o mandato de João Goulart. No dia 9 de abril, com o voto de Ulisses Guimarães, elegeram Castelo Branco para presidente da República. Parabéns aos militares, às mulheres nas ruas, à Igreja Católica, à grande mídia, que evitaram, em 1964, que o Brasil se transformasse num satélite da União Soviética. Devemos essa nossa liberdade e essa nossa democracia a estes [mostrando a faixa], tão atacados hoje em dia, por aqueles que ainda lutam para impor a ditadura do proletariado. Brasil acima de tudo! (BOLSONARO, 2014).

À parte a estranheza do bizarro espetáculo do deputado e sua pequena claque, o fato é que, nos últimos cinco anos, as polêmicas sobre o golpe de 1964 e a Ditadura Militar brasileira, que já haviam se acirrado no âmbito da academia, muito especialmente na passagem das efemérides dos 30 e dos 40 anos do acontecimento, irromperam no seio da sociedade.

À luz do debate público sobre a criação, em 2012, da Comissão Nacional da Verdade (CNV), e em função de suas sessões, seus produtos e dos resultados das investigações que envolveram centenas de pesquisadores em diversas esferas da sociedade civil e do Estado, uma série de questões foram pautadas.<sup>4</sup> Todavia, sobretudo pela forma com muitos temas foram impulsionados por segmentos da extrema direita, a noção de que existia uma atitude revanchista de parte da sociedade em relação aos que foram beneficiados com a Lei 6.683/79 (Lei da Anistia) e legislação posterior, terminou favorecendo a emergência de outras versões, quase sempre animadas pelas memórias que circulavam no ambiente castrense. Com efeito, enquanto posições defendidas pelos setores das direitas causavam tensão no debate público, controvérsias sobre o golpe de 1964 e a ditadura que durou 21 anos, deixaram de ser privilégio de especialistas e estudiosos.

Considerando que o direito e mesmo o dever de memória se insere cada vez mais nas contendas sobre nosso recente passado traumático, convém se indagar sobre as formas assumidas pelo que se pode chamar de revisionismo histórico presente na academia. Do mesmo modo, parece ser necessário compreender como tais posturas se estabeleceram na historiografia acadêmica profissional e como transitaram para o espaço público e para as esferas das direitas e da extrema direita no Brasil. Buscando descobrir de que modo as batalhas de memória operam nas diversas esferas do debate e

como o produto da reminiscência pode ser transfigurado de maneira dramática e com interesses políticos evidentes, o que pretendemos nesse texto é discutir a memória do golpe de 1964 e da Ditadura Militar brasileira à luz do que se chama de usos políticos do passado.

Em que pese que o debate público sobre a ditadura nunca tenha tido, no Brasil, a expressão que alcançou em países vizinhos como a Argentina (CAMPOS, 2013; VEZETTI, 2013; POZZI, 2017; DUARTE, SENA JÚNIOR, 2019) ou países europeus como Portugal e da Espanha (LOFF, PIEDADE, SOUTELO, 2015) não chega a ser difícil enxergar como a sociologia, a politologia e, posteriormente, a historiografia brasileira sobre o assunto produziram uma quantidade razoável de material que, nos anos 1970 e 1980, almejavam entender os motivos do golpe e do colapso do regime democrático, bem como do padrão de acumulação vigente (IANNI, 1978; BANDEIRA, 2010; DREIFUSS, 1981).

Passados 60 anos do golpe civil-militar de 1964 no Brasil, as investigações sobre o assunto se aprofundaram, ganharam a dimensão factual e a robustez de evidências oferecida pelos historiadores, praticamente ausentes nas primeiras interpretações, passando a se constituir em referência obrigatória para a compreensão daqueles anos. Ao lado deste fato, pressões efetivas de investigadores dedicados à justiça de transição, obrigam, cada vez mais, os estudiosos a tentarem compreender todas as implicações envolvidas nas reflexões em torno da memória e através das políticas levadas a cabo pelos governos de inúmeros países.

Apesar dos inegáveis avanços verificados ao longo de seis décadas, uma questão parece se impor. Sem que seja possível separar tais discussões dos necessários “partidarismos” que movimentam inúmeras questões que tangenciam a dimensão ética de passados traumáticos, até que ponto é possível se notar que ao lado da evolução do conhecimento empírico, percebido pela entrada em cena dos historiadores e do acesso a arquivos até então desconhecidos, não seria também possível se referir a uma certa regressão nos estudos quanto às hipóteses e às teorias utilizadas para a explicação? Ou seja, se no Brasil é perceptível o avanço no acesso aos arquivos, aos testemunhos e às memórias que permitiram o conhecimento de aspectos da ditadura que eram desconhecidos, parece notório ter havido um recuo na dimensão teórica e no campo das hipóteses mobilizadas, algo que talvez possa se dizer vinculado a crise de uma certa ética que envolvia tais estudos.

Admitindo que nas primeiras duas décadas de estudos do golpe, os pesquisadores conviviam com a Ditadura e eram vítimas de toda a espécie de arbítrio, algo que levou alguns à prisão, aposentou outros e obrigou outros tantos a deixarem o país, seria possível dizer que o peso da crítica era um produto da militância e da visão de mundo de muitos autores que tomavam a tarefa de interpretar o mundo com o mesmo ímpeto com que pretendiam transformar? Em que medida o tratamento da questão seria prejudicado pela proximidade do tema que obrigava os investigadores a assumirem posição política frente ao assunto?

O objetivo desse trabalho é refletir sobre as formas como o conhecimento e a discussão sobre passados traumáticos são elementos indissociáveis de uma visão ético-política de mundo. Pretendemos analisar as formas como as disputas de memória e os embates historiográficos introduziram no discurso científico uma noção anódina de objetividade cujo papel hegemônico terminou por condenar a priori qualquer produção matizada pela crítica ético-política ao golpe de 1964 e à Ditadura Militar, inspirada ou não no marxismo. Dito de outro modo: pretendemos discutir os caminhos atuais das disputas de memória à luz das transformações políticas que influenciam a forma como esse passado é percebido, tentando compreender algumas teses apresentadas pela historiografia recente, assumindo como hipótese que a posição do ministro Dias Toffoli e mesmo do presidente da República Jair Bolsonaro (2019-2022), são correspondentes com algumas das teses mais importantes defendidas pela historiografia aqui chamada de revisionista.

### ***Abertura política, repactuação e silenciamento***

A passagem da década de 1970 para a de 1980 foi, para o Brasil, um momento de profundo significado político. Após 21 anos de ditadura o país elegeu José Sarney (PMDB) seu primeiro presidente civil. A eleição, ocorrida no Colégio Eleitoral, após frustradas as expectativas em torno do projeto de emenda constitucional que estabelecia eleições diretas para presidente, derrotada no Congresso após gigantescas mobilizações em defesa das “Diretas Já”, não deixou de configurar desencanto de setores que tinham se empenhado na luta pela redemocratização e por eleições diretas para presidente, depois de mais de 20 anos de Ditadura.

A ascensão do primeiro presidente civil na Câmara, mesmo que se tratasse de alguém que tinha sido líder do partido encarregado de oferecer apoio à Ditadura, assinalava a consolidação do processo de transição que havia se iniciado em fins da década de 1970 e permanecia inconcluso quase dez anos depois. Naquela altura, quando Sarney tomou posse, quase ninguém duvidava de que o futuro havia de ser de democracia para o país, haja vista a desmoralização da Ditadura, dos próprios militares e as grandes manifestações que tinham ocorrido pela volta da democracia no país.

Para muito além das transformações no plano da política nacional, nem mesmo os mais céticos ficaram imunes a euforia provocada pela emergência de novos movimentos sociais e de um novo operariado fabril, esses novos personagens que entraram em cena, na feliz expressão de Eder Sader (1991). Tornando a década de 1980 algo muito mais complexo e paradoxal do que nos sugere a ideia de ter sido uma década perdida em função da imensa crise econômica e da hiperinflação que atingiam o Brasil, a entrada em cena de novos sujeitos, que além de operários eram muitos outros e bastante diversificados, porque ligados aos movimentos sociais emergentes, o que se percebe é que havia um laivo de esperança em meio a crise e ao desencanto que se instalavam no planeta.



Da parte da abertura política que ocorria no Brasil, existia, ainda, grandes novidades que não deixavam de inspirar otimismo. Uma delas se relacionava a reinstituição do pluripartidarismo e ao surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT). Fundado em 1980, no rescaldo das greves que haviam sacudido a região do ABC paulista em fins da década anterior, mas também motivado pela movimentação política em várias partes do país, o surgimento de um partido assumidamente classista e com laços firmes com os setores oprimidos, tinha um imenso significado. De outro lado, a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em 1985, ilegais desde sempre, em meio a uma ascensão de greves e lutas da juventude e dos trabalhadores como há muito não se via, apontava para um inaudito processo de busca por justiça social num país de desigualdades profundas.

Em que pesem as transformações vividas no Brasil na década de 1980, no plano mundial o sinal parecia invertido. Após as derrotas e a falência das últimas ditaduras europeias, como as da Grécia e de Portugal, em 1974, e da Espanha, em 1975, a chegada ao poder, na Inglaterra, em 1979, da primeira ministra conservadora Margareth Thatcher, a Dama de Ferro, e a eleição do republicano Ronald Reagan, nos Estados Unidos (1980), as esperanças acalentadas pelos setores progressistas foram postas em suspenso.

Em função dos efeitos da crise econômica mundial, iniciada em 1973, e da imensa onda de desemprego provocada por processos de privatizações e o engendramento da ideia consubstanciada na fórmula *there is no alternative* (TINA), que afirmava não haver saídas fora do mercado e do capitalismo, o que se conformou no plano mundial foi uma aura de pessimismo. A culminância desse quadro mundial foi que as políticas desenvolvidas ao longo de toda a década de 1980 pela dupla de governantes conservadores, que dirigiram duas grandes potências mundiais, ajudaram a aprofundar a crise que se arrastava em anos de estagnação nos países do chamado “socialismo real”, determinando a queda do Muro de Berlim, em 1989, e a desintegração da União Soviética, dois anos depois.

No que tange as políticas desenvolvidas para o resto do mundo, muito especialmente para a América Latina, a imposição de pautas liberais e neoliberais, fundadas no Consenso de Washington (1989), implicaram numa ofensiva asfíxiante sobre países que tinham atravessado ditaduras e apenas começavam a se reencontrar com a democracia.

De acordo com Enzo Traverso, tais acontecimentos, principalmente a queda do Muro de Berlim, demarcaram o campo de emergência de um novo período na história da humanidade, uma era de transição ou *Sattelzeit*, na expressão cunhada por Reinhart Koselleck, que favorecia a mescla do antigo com o novo, uma era na qual, no transcurso de um quarto de século, palavras como “revolução” e “comunismo”, entre outras alusivas a dimensões utópicas, adquiriram um significado diferente no seio da cultura, do imaginário popular e das mentalidades, passando a evocar um universo totalitário em substituição a dimensão emancipatória antes relacionada aos mesmos termos. Em sentido inverso, palavras como “mercado”, “empresa”, “capitalismo” ou “individualismo” adquiriram

um significado inteiramente novo, relativo a valores que passaram a ser aceitáveis e até mesmo desejáveis, inaugurando um novo *ethos* que configurava o sentido da transição referida (TRAVERSO, 2012, p. 12-13).

No contexto dessas grandes transformações, no plano interno e externo, ocorre, no Brasil, um *boom* editorial. Dessa confluência de fatores e possibilidades, muitas das quais há tempos desejadas no país, um rápido e vigoroso processo de expansão do mercado de livros veio ao encontro de um ambiente interno que se tornava favorável ao debate, em cujos atores não queriam apenas redescobrir o Brasil mas, também, compreender as transformações que ocorriam no planeta e reinventar um novo futuro para um país de recente passado triste e traumático.

Na esteira desse *boom*, que comportava editoras cada vez mais profissionais e novas técnicas de editoração, aos quais se conjugava uma igual profissionalização da produção intelectual e acadêmica, no que tange a historiografia (GEMINIANO, 2020), foram publicadas obras tão importantes quanto díspares quanto aos objetos, problemas e abordagens, parafraseando a célebre coleção organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora (1988; 1995). Nesse novo mercado em expansão, ante público consumidor ávido por novidades, surgiram obras que incorporavam boa parte das inovações que, muito especialmente da Europa e dos Estados Unidos, recendiam as transformações vividas pela sociedade e que repercutiam na historiografia em diversos terrenos.<sup>5</sup>

Nesse contexto diverso, uma plêiade de novos historiadores, beneficiados com a expansão das pós-graduações e ocupados com a emergência de novos paradigmas, surgiram para oferecer novas respostas a questões tão antigas que ficaram em suspenso ao longo de quase três décadas.

Foi no território da historiografia da escravidão, certamente aquela que o país possuía o maior lastro de reflexão e produção consistente, que se localizaram os primeiros grandes embates acerca do assunto. Muito em função da passagem da efeméride em torno do centenário da Abolição, em 1988, mas também no contexto de emergência de um orgulhoso e combativo movimento negro, que buscava raízes históricas e estabelecia alianças com segmentos explorados e oprimidos que se juntavam para combater os restos da Ditadura, um vigoroso impulso de pesquisa e inovação acadêmica se fez sentir em meio à lutas diversas e debates intensos.

Com efeito, preocupado com o que lhe parecia ser uma excessiva aproximação de novos historiadores da escravidão com a perspectiva freiriana, o conhecido militante e historiador marxista Jacob Gorender publicou “A escravidão reabilitada” (1990). Nesta obra, o autor investiu esforço e uma indisfarçável disposição de combate intelectual e político para denunciar a perspectiva, do que vinha sendo chamado de “nova historiografia da escravidão” que, segundo o autor, conciliava com o passado escravista.<sup>6</sup>

O foco principal da polêmica de Gorender era a historiadora greco-baiana Kátia Mattoso, mas ao dirigir vitupérios à estudiosa de cariz weberiano, então radicada em Paris, num livro escrito em linguagem ácida e repleto de acusações sobre o que lhe parecia ser uma “reabilitação da escravidão”,



Gorender não deixa de atingir também outros alvos, especialmente historiadores da Universidade de Campinas (Unicamp) e também da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Acontece, contudo, que, com exceção de Katia Mattoso, que havia ensinado na UFBA e estava longe de ser marxista, os historiadores brasileiros que eram alvos do autor de “A escravidão reabilitada” estavam muito mais próximos do marxismo de E. P. Thompson do que da abordagem weberiana de influência francesa e braudeliana, presente na obra de Mattoso.

Após quase uma década de intensa polêmica e inúmeros debates que animaram a universidade no período, o fato a se destacar é que a historiografia brasileira se desenvolveu e que, ao que parece, terminou por dar razão aos novos historiadores da escravidão. Ao fim e ao cabo, o que se consumou, consubstanciado na presença em inúmeros programas de pós-graduação pelo país, foi a emergência de um novo paradigma sobre o tema, que terminou por influenciar significativamente as gerações seguintes (SENA JÚNIOR, 2015, p. 328-329).

Ao lado dessa pujante produção historiográfica, que emergiu em meio a ostensivos debates, uma importante memorialística sobre a nossa última ditadura foi introduzida e popularizada entre fins dos anos 1970 e 1990, tendo a repressão, a tortura e a luta armada como focos principais (TAPAJÓS, 1979; VENTURA, 1988; GORENDER, 1990; GABEIRA, 2009; SIRKIS, 1988). Trata-se de um período de expansão do mercado editorial, mas, sobretudo, de grande interesse despertado sobre o passado remoto ou recente do Brasil, sempre com inspiração nos debates do presente, muitos dos quais surgidos no rescaldo das memórias que começavam a se libertar.

No que tange à memorialística sobre a ditadura, foram, sobretudo, os ex-militantes da luta armada que se embrenharam na tarefa de recuperar o passado, procurando espantar os fantasmas dos anos de combate, numa tentativa de ajudar a curar as inúmeras feridas abertas. À guisa da aparentemente desejada reconciliação nacional ou de um acerto de contas com a própria memória e os traumas do passado de arbítrio, o que se percebe é que algumas narrativas são abertamente otimistas, outras nem tanto.

### ***As transformações dos estudos sobre a memória no Brasil***

A par dessa expansão editorial e do surgimento da memorialística sobre o golpe e a Ditadura, o fato, entretanto, é que uma nova historiografia emergiu no Brasil, redimensionando de maneira incontestável as perspectivas em que havia vicejado no período imediatamente anterior, marcada pela presença de uma feroz ditadura no plano político e pela contrapartida de uma resistência intelectual embasada no pensamento crítico, com forte componente de influência das correntes marxistas e do imaginário da revolução.

É nesse período que as primeiras discussões sobre a memória despontam no horizonte dos historiadores brasileiros. Em que pese a existência de uma memorialística que perpassa as várias

décadas da República no Brasil, o tema da memória como objeto de reflexão teórica da parte dos historiadores brasileiros não tinha sido, até os anos 1980, objeto de nenhuma reflexão mais acurada. Em verdade, pensava-se que a memória era apenas uma espécie de fonte precária sobre a qual historiadores podiam se debruçar para construir suas verdades. Enquanto em parte do mundo estudiosos buscavam discutir sobre os significados das formas de lembrar, configurando uma história social da memória, que entendia a recordação não apenas como fonte, mas também como um incontornável objeto de investigação, o Brasil parecia estar ainda distante de tal discussão.

São os historiadores Carlos Alberto Vesentini e de Edgar de Decca que inauguram a perspectiva de transformar a memória em objeto da discussão historiográfica no Brasil (VESENTINI, 1997; DECCA, 1992). Ao analisarem a Revolução de 1930, um acontecimento bastante importante na historiografia brasileira e no imaginário político do país, os autores defendem a hipótese de que foi a “memória do vencedor” que erigiu o acontecimento em fato histórico. Nesse processo de construção política, em que o presente lê o passado de modo a apontar as tendências apologéticas inscritas no modo como os historiadores tomaram a memória pela história, a historiografia instituída, inclusive a que é dita “de esquerda”, “inadvertidamente” terminou por legitimar um discurso sobre o qual deviam olhar criticamente (DECCA, 1992, p. 15-16).

Para Vesentini e De Decca, toda a memória erguida em torno deste acontecimento conhecido como “Revolução de 1930” que, consagrado pela história como ato inaugural da modernidade e da centralização nacional brasileiras, seria, na verdade, muito mais um tema estabelecido no terreno da memória dos vencedores do que o reino dos fatos, próprio dos historiadores. Segundo Edgar de Decca, 1930 não foi nada mais do que um produto da “memória histórica do vencedor da luta, fazendo parte do exercício da dominação”, de modo que neste processo, a afirmação do fato terminou por edificar “o futuro ao mesmo tempo em que refaz o passado, qualificando os agentes quanto o seu próprio sentido” (1992, p. 108).

O significado fundamental das teses de Vesentini e, principalmente, de Edgar de Decca, é que elas inauguram uma perspectiva até então inexplorada no terreno da historiografia brasileira: a que tem a memória por objeto de investigação. O inquestionável mérito das abordagens dos autores, em que pese que não tenham sido capazes de sustentar o argumento de que em 1930 não tenha ocorrido uma Revolução, algo que estava consolidado desde a obra clássica de Boris Fausto (1989), o fato de que as dimensões da memória de um acontecimento recente permaneciam latentes e que não podiam ser mais ocultadas ou ignoradas na historiografia brasileira, muito especialmente da historiografia do século XX, passou a influenciar debates sobre uma infinidade de temas.

Diante dessa perspectiva, em que se valoriza a incontornável dimensão da memória e dos testemunhos nos estudos de acontecimentos recentes da história do Brasil, ainda que sem uma relação direta com a iniciativa dos estudiosos citados acima, um grupo de historiadores da Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) levou a

cabo um projeto de história oral dos militares. Tratava-se de uma tentativa de trazer a tona os pontos de vistas daqueles que, vitoriosos no passado, tinham sido derrotados pelo processo de redemocratização e pela maneira como a memória e a memorialística posteriores à ditadura representaram os acontecimentos do período, que na caserna era entendido como “revolucionário”.

Externando os objetivos de “não comemorar”, “não condenar” e “não julgar”, algo que estava inscrito na intenção de ouvir “o outro lado” de uma história que apenas começava a ser contada, o projeto de história oral, desenvolvido ao longo da década de 1980 pelos historiadores do CPDOC, culminou na publicação de três livros que traziam importantes depoimentos de altos oficiais das Forças Armadas brasileiras (D'ARAÚJO, SOARES, CASTRO, 2014, p. 10).

Ao longo de diversas entrevistas, os pontos de vista dos militares, que falavam do golpe como “Revolução” e da Ditadura como “Regime Militar”, nos dois primeiros volumes, e abordavam a transição, no terceiro, trouxeram a baila perspectivas que permaneciam quase que ignoradas pelos historiadores profissionais, alguns dos quais ex-militantes da luta armada.

No primeiro livro surgido do projeto, publicado em 1994, “Visões do golpe”, 12 oficiais de alta patente apresentam uma outra versão do tema, configurando a transposição para fora dos habituais espaços castrenses daquilo que antes era silenciado. “Os anos de chumbo” (1994) e “A volta aos quartéis” (1995), publicados no mesmo espírito do primeiro livro, trazem as memórias e os pontos de vista de diversos militares que revelavam suas expectativas, rancores e frustrações, abordando a consolidação da ditadura, sua crise e a volta aos quartéis na segunda metade dos anos 1980, completando a trilogia.

O surgimento das memórias dos militares, em que pese a ampliação do leque de fontes que haviam sido disponibilizadas para o estudo da Ditadura, que passava a contar com versões que, embora predominando no ambiente castrense, eram pouco conhecidas no meio acadêmico, constitui-se em um verdadeiro ponto de inflexão na forma como o período de 1964 a 1985 é abordado pela historiografia.

Segundo Marcelo Badaró Mattos, ao se proceder a uma análise “exclusivamente [tomada] a partir do discurso dos militares”, considerando-se os “depoimentos como dados, tratáveis até mesmo quantitativamente”, o que se configura no projeto do CPDOC é um novo ponto de vista em contraposição as análises acadêmicas sobre o golpe. Com efeito, chega-se ao ponto de se concluir pela correção da posição expressa nas memórias dos militares, que identificavam as motivações do golpe como diretamente políticas e ocasionadas pelo caos, pela desordem e pela instabilidade provocados pela subversão comunista, algo muito distante do que havia sido consagrado na historiografia sobre o assunto (2008, p. 248).

Nos anos que se seguiram a este ponto de inflexão, em que outras memórias foram acessadas e em perfeita conexão com a era de transição referida por Enzo Traverso (2012) e Reinhart Koselleck (2020), operou-se na historiografia brasileira uma substancial transformação na maneira como o golpe e a Ditadura vinham sendo entendidos. Em parte animado pela abertura de novos arquivos, em parte

pela emergência de novas preocupações surgidas na esteira da renovação da historiografia, também pelo fato de que foi introduzido a versão dos militares onde antes imperava o silêncio ou, ao menos, desconfiava-se do que era dito pelos algozes, isso tudo conjugado aos apelos dos novos paradigmas, ao longo das décadas de 1990 e na primeira e década e meia do século XXI se processou uma importante mudança na forma de interpretação do que haviam sido o golpe e a Ditadura no Brasil.

A partir dessa transformação, os últimos 40 anos deram ensejo a inúmeras investigações que, longe de serem críticas quanto ao período entre 1964 e 1985, terminaram por tentar conciliar no âmbito do pensamento um país que politicamente trabalhava pela reconciliação, o que, em muitos sentidos, significava a tentativa de imposição do esquecimento.

A propósito do assunto, não é de se estranhar que o passado recente relativo a última Ditadura brasileira quase não tenha sido objeto de atenção dos historiadores que trabalham na educação básica (ensino médio e fundamental). Como demonstra Ana Kallás, consoante com a ausência de metodologias relacionadas ao que se chama de História do Tempo Presente, o que predominou nas décadas de 1980 e 1990 da parte de professores da educação básica e investigadores do tema, foi a crítica as concepções de história trazidas da Ditadura, mas não uma reflexão sobre o passado traumático atravessado pelo país (2020, p. 206).

Conforme aponta Theodor Adorno quanto ao caso alemão referente ao nazismo, parece ter predominado no contexto de imposição do esquecimento o desejo deliberado de “libertar-se de passado”, tendo em vista a dificuldade de viver “à sua sombra” o que ensinaria que o “terror não tem fim quando culpa e violência precisam ser pagas com culpa e violência” (2020, p. 31). Redunda daí um procedimento de legitimação de uma espécie de “memória dividida”, sendo ambas legitimadas como a própria representação da história, como inadvertidamente sugeriu o ministro Dias Toffoli quando da comemoração dos 30 anos da Constituição.

### ***O diabo mora nos detalhes***

Em entrevista à revista Carta Capital no mesmo dia em que o ministro Dias Toffoli o citou, referindo-se ao fato de preferir dizer “movimento de 1964” em vez de “golpe de 1964”, o historiador Daniel Aarão Reis se disse estarecido. Afirmando como “infeliz” as declarações do presidente do STF, o professor da UFF atribuiu à politóloga e professora da Unicamp Argelina Cheibub Figueiredo, a responsabilidade de ter “requeentado”, no Brasil, a teoria argentina dos “dois demônios”.<sup>7</sup> Segundo Daniel Aarão:

Essa interpretação dos dois demônios eu rejeito categoricamente. Eu não nego que antes do golpe havia um processo de radicalização no Brasil. Mas parece utópico igualar camponeses que lutam pela terra a latifundiários. Me parece impróprio igualar aqueles que lutam por justiça social com os que querem eternizar a injustiça social. Me parece impróprio, em relação à conjuntura anterior a 1964, igualar os marinheiros que queriam ter o direito

de voto às oligarquias que não queriam democratizar o voto (SCORCE, 2018).

As palavras indignadas de Daniel Aarão Reis tem sentido, pois o historiador fluminense nunca negou que em 1964 tivesse havido um golpe no Brasil. Para sermos justos, Argelina Figueiredo também não. A questão, entretanto, é que tanto um quanto outro relativizaram a dimensão do golpismo da direita e dos militares em função de perspectivas teóricas e disposições metodológicas que buscavam distribuir responsabilidades pelo golpe de 1964. Em que pese que tenham encontrado as mesmas evidências de estudiosos críticos e marxistas que escreveram seus trabalhos entre fins da década de 1970 e a década de 1990, as posições de Daniel Aarão e Argelina Figueiredo, embora diferentes em inúmeros aspectos, parecem ser a expressão de um certo “espírito do tempo”, em que coincidem a crise do marxismo, a ofensiva ideológica em torno das teses do fim da história e a explosão das memórias.

Com efeito, enquanto escrutinavam os níveis de violência presentes nos processos políticos ocorridos nas ditaduras latino-americanas e apontavam os excessos que teriam sido cometidos de parte a parte, a geração de estudiosos que publicou trabalhos no período democrático não deixou de ser impactado pelo movimento da opinião pública em processo de transformação (FIGUEIREDO, 1993; VEZETTI, 2013). Tal movimento inscreveu as batalhas de memória num quadro em que, de um lado, permanecia-se apontando as mazelas da violência estatal, principalmente da parte das famílias das vítimas, mas também de estudiosos que prosseguiram reivindicando as abordagens críticas, mas de outro atenuou a denúncia a esse passado autoritário, preferindo ou aderindo às variadas formas de conciliação.

Para Argelina Figueiredo, que utiliza a teoria da “escolha racional” para entender a crise política que deu ensejo ao golpe, o 31 de março de 1964 foi o resultado de “escolhas e ações específicas”, que terminaram por solapar “as possibilidades de consolidação e apoio para as reformas, e, desta forma, reduziram as oportunidades de implementar, sob regras democráticas, um compromisso sobre essas reformas”. Segundo a professora da Unicamp, que trabalhou nos Estados Unidos com Adam Przeworski, um dos mais importantes teóricos do marxismo analítico, partidário das teses sobre as estratégias da escolha racional, frente a um quadro de acirramento dos conflitos, como aquele observado no Brasil ante a ascensão de João Goulart à presidência, “o crescente consenso negativo em relação às possibilidades de resolver o conflito dentro das regras democráticas”, terminou por ser decisivo na ruptura de 1964 (FIGUEIREDO, 1993, p. 30-31).

Publicada em 1993 a obra de Argelina Figueiredo inaugurou, sem meias palavras, o capítulo revisionista da historiografia brasileira sobre o golpe de 1964. Confrontando as teses clássicas, estabelecidas entre os anos 1960 e 1980, quase todas elaboradas por autores marxistas, que caracterizavam o golpe como uma articulação das classes dominantes brasileiras, associadas ao capitalismo estadunidense, a autora deslocou o foco na análise das disputas materiais, que moviam

interesses ideológicos, para o plano exclusivamente subjetivo da disputa política. Nesse terreno, onde se opunham uma esquerda e uma direita radicalizadas, frente a um centro político reformista que terminou por sucumbir frente à tensão entre os extremos, a democracia faliu. Ou seja, na interpretação da autora, a saída golpista em início dos anos 1960, deu-se em função do acirramento das tensões cujas escolhas dos atores políticos determinaram o solapamento da democracia e não nos marcos das disputas que envolviam interesses materiais, imperialismo e luta de classes.

Se Argelina Figueiredo é mais incisiva em compartilhar as responsabilidades pelo golpe entre os grupos contendores em 1964, aproximando-se da chamada “teoria dos dois demônios” formulada originalmente na Argentina, Daniel Aarão Reis é bastante mais sutil. O historiador da UFF, ex-militante do MR-8 e autor de um dos mais importantes estudos sobre a luta armada no Brasil, tem uma trajetória de vida identificada com a guerrilha e a luta armada, em que ingressou na juventude, algo que virou objeto de suas investigações nos anos 1980 e 1990 (REIS FILHO, 1990).

Nas últimas duas décadas, entretanto, o ex-militante e ex-guerrilheiro optou por promover, de certa forma, um acerto de contas com sua memória, algo que não deixa de ser notado em sua obra sobre os comunistas nos anos 1960, mas que também se percebe em suas apreciações do período da ditadura publicadas em diversos livros, artigos e inúmeras entrevistas. Nesse percurso, Daniel Aarão revolveu por adotar uma noção de “cultura política” para interpretar o fenômeno da ditadura e das tradições governamentais brasileiras, terminando por criar a ilusão contrafactual de que entre os golpistas e suas vítimas havia projetos semelhantes, pois nenhum dos campos tinha suficiente apreço pela democracia (REIS, 2014; SENA JÚNIOR, 2015).

A propósito do pouco apreço pela democracia que supostamente esquerda e direita tinham, Daniel Aarão Reis, que já havia se referido aos dispositivos adotados pelos grupos de esquerda na luta contra a ditadura, que incluía uma permanente aposta no impasse, algo que se expressava numa espécie de “utopia do impasse” (1990, p. 45-73), mais recentemente procurou desvirtuar o componente civil do golpe, destituindo-o de seu caráter de classe, tornando-o amorfo e heterogêneo (2014, p. 47-48). Para Aarão, distintamente do que havia sugerido Dreifuss, que enxergava no Brasil uma burguesia associada ao imperialismo como protagonista do golpe de 1964, o elemento civil devia ser encontrado nas manifestações das classes médias impulsionadas pelos setores da Igreja e entidades da sociedade civil, como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Nesse sentido, as palavras de Dias Toffoli encontram nessa perspectiva expressa por Daniel Aarão a ideia de que o 31 de março de 1964 foi impulsionado pelas ruas, por setores populares e com lídimos interesse, ao invés de ser apenas um golpe militar ou civil(empresarial)-militar, como apontam a maioria dos historiadores, daí a ideia de “movimento”.

### ***Da militância aos militares***



Nos últimos 30 anos a historiografia sobre o golpe de 1964 não fez outra coisa que não conciliar com os golpistas e a Ditadura. Absolvendo os responsáveis pelo golpe e distribuindo as culpas entre estes as suas vítimas, que foram vistas como impacientes e radicais, historiadores de prestígio chegaram a sugerir que não havia inocentes no campo da esquerda. Da “teoria dos dois demônios” e suas variantes nativas, como a tese das responsabilidades compartilhadas e a “política do confronto” (FERREIRA, 2010, p. 380), até as críticas dirigidas ao produto da politologia, da sociologia e da historiografia marxista como se fora toda ela feita por militantes, os estudos das últimas três décadas foram dando sucessivos passos para trás na perspectiva crítica, produzindo uma versão que muito dificilmente não poderia ser chamada de revisionista.

Nos 20 primeiros anos que se seguiram ao 31 de março de 1964, o essencial das reflexões, que por vezes deixava de lado a dimensão fática e empírica do acontecimento, tendo em vista que os documentos eram inacessíveis, era bastante crítico. Combinando a incontornável tarefa de interpretar o mundo com a não menos importante necessidade de transformá-lo, como propôs Marx e como o historiador Henry Rousso (2016, p. 79)<sup>8</sup> apontou como incontornável da história imediata ou da história do tempo presente, os estudos dessa época demonstravam que a ditadura era o produto de uma violenta ruptura institucional produzida pelas classes dominantes contra um governo reformista constituído nos marcos da democracia liberal burguesa.

No período em que foram concebidos os primeiros estudos sobre o golpe e a Ditadura, não havia margens para conciliações, e muito embora diversas dimensões do evento ainda não fossem conhecidas, como a participação ativa do imperialismo na deposição de Goulart, por exemplo, o que cabia aos estudiosos era entender o porquê de ter acontecido, quais os limites do padrão de acumulação vigente e quais os principais atores atuantes no plano político e material. As obras de Octávio Ianni, (1978), de Florestan Fernandes (1975), de Luiz Alberto Moniz Bandeira (1977), e, sobretudo, de René Armand Dreifuss (1981), deram o tom dos estudos que abordavam o golpe no Brasil, sendo, portanto, aquelas contra as quais a historiografia dos últimos 30 anos mobilizou seus esforços e argumentos.

O fato conhecido de que parte desses autores tenha tido alguma vinculação com grupos de esquerda e que todos eles tenham produzido seus estudos a partir de alguma perspectiva do marxismo, nos induz a admitir que a historiografia surgida no período seguinte deixou de reivindicar tais posições em função da crise das utopias que atingia inúmeros marxistas. Nesse sentido, tanto mais acesso os historiadores tenham tido às evidências documentais e tanto mais profissional tenha se tornado a historiografia brasileira, em função da inserção desses pesquisadores no ambiente universitário e com a respectiva desvinculação de organizações políticas, mais distantes os estudiosos ficaram de posturas críticas da Ditadura.

Em que pese a importância do trabalho empírico, aliado ao esforço memorialístico que culminou na busca por se estabelecer uma escuta dos militares, o processo de transformação da

historiografia articula-se estreitamente ao momento em que memória coletiva se transfigura, algo que se relaciona à crise das utopias e à queda do Muro de Berlim (TRAVERSO, 2014), com inegáveis repercussões no trabalho dos historiadores. Da irrefutável importância de se buscar novas fontes sobre eventos, por vezes, pouco documentados, e da legitimidade de se ouvir personagens que testemunharam os eventos, a aceitação da versão produzida pelos mesmos, algo que tinha respaldo apenas ao âmbito das narrativas dos militares proferidas no ambiente da caserna, vai um passo gigantesco. Ou seja, a mudança da perspectiva da historiografia sobre o que tinha sido o golpe e a Ditadura não se dá nos marcos de descobertas de acervos, incorporação de novos documentos ou acesso a testemunhos que antes haviam silenciado. A transformação se opera, portanto, no âmbito ideológico, tornando os pesquisadores complacentes com o discurso liberal e até mesmo antimarxista.

Da crítica ao militância, que deu forma e conteúdo a parte substancial da posição assumida por historiadores revisionistas que se ergueram contra os estudiosos dos anos 1960, 1970 e 1980, o que passamos a ter foi uma memória transfigurada, com os temas ligados a revolução anatemizados, culminando com o resgate das teses do totalitarismo, que endossavam as circunstâncias do fim das utopias e faziam recrudescer o anticomunismo (LOFF, 2014, p. 53-65). O fruto de tais mudanças redundou na transfiguração dos conceitos, como foi dito, algo que veio a altear substancialmente o sentido das palavras e a forma como os mesmos eram empregados, invertendo o que antes era positivo, que passava a ser visto como negativo e vice-versa (TRAVERSO, 2014, p. 12-13).

O resultado desse processo, foi não apenas a insidiosa penetração de versões deturpadas da história no debate público sobre o golpe e a Ditadura, como a edificação de uma historiografia hegemonicamente conciliadora ou mesmo conservadora e de direita no ambiente universitário, respaldada pelo procedimento revisionista de prestigiosos historiadores acadêmicos.

### ***A memória e a história como construções sociais***

Conjugado aos mecanismos de edificação de uma outra memória e uma outra história do golpe e da Ditadura, uma percepção até certo ponto supersticiosa e positivista da história começou a ganhar forma (VINYES, 2009, p. 17). Na perspectiva assumida de uma suposta prática de “história científica”, livre das ideologias e dos “militantismos”, historiadores profissionais passaram a acusar a perspectiva crítica e marxista como “parcial”, subjetiva e com baixo nível de cientificidade.

De forma superficial, a ideia que tomou corpo na academia, diz respeito ao fato de que os estudos produzidos de uma perspectiva crítica não deixavam de comportar uma “arquitetura simplificadora” da luta do “bem” contra o “mal”, com esquemas pré-concebidos e aprioristicamente construídos. Para Daniel Aarão Reis, sendo incapazes de identificar as “zonas cinzentas” do passado “na qual vicejam atitudes de neutralidade, de indiferença” e também nas “ambiguidades e nas ambivalências

(o pensar-duplo), em que determinados atores surgem apoiando e criticando, ao mesmo tempo, o regime ditatorial”, a historiografia não conseguia tomar o passado em sua plenitude. Para o historiador da UFF, seria fazendo “a crítica de uma certa tradição ‘militante’”, que a história realizaria “plenamente seu ofício: compreender, explicar, interpretar” (BUBLITZ, 2014).

No mesmo diapasão, as historiadoras e também professoras da UFF Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat, enquanto escrevem sobre os regimes autoritários, enfatizam o distanciamento necessário que a historiografia deve ter frente a uma história militante: “Passado o confronto – da afirmação, da luta contra a negação, mesmo que as tiranias jamais tenham desaparecido – é preciso superá-lo, ir adiante. O trabalho militante diferencia-se, pois, do trabalho do historiador” (2011, p. 14).

As perspectivas arguidas pelos respeitáveis historiadores acadêmicos aqui nomeados, que não deixa de ser a posição de muitos outros que no início do século XXI pretenderam se afastar do marxismo, não deixam de ser, também, partidárias, é bom que se diga. Como sugere Álvaro Bianchi, “As batalhas travadas nas trincheiras da historiografia são, também, combates levados a cabo na política”, algo que não torna os veneráveis professores menos partidários. Ainda conforme Bianchi,

O fato de querer fazer uma historiografia militante não diminui a exigência de rigor na pesquisa. Ela, pelo contrário, se torna maior. Para navegar contra a corrente é necessário construir solidamente a embarcação e manter firme o leme. (...) A pesquisa historiográfica não é um exercício por meio do qual o investigador torce a realidade de acordo com sua vontade para fazê-la caber em caixinhas previamente organizadas. A diferença entre a boa e a má historiografia está na adequação da primeira à realidade. (2012, p. 362)

O fato é que as batalhas travadas no campo da memória são também batalhas que se trava no terreno da historiografia. Apenas por uma perspectiva arrogante e supersticiosa é que se poderia dizer que os historiadores acadêmicos são neutros e suas histórias não tem qualquer perspectiva política. As batalhas de memória que temos perdido, são também as batalhas que, no âmbito da historiografia, terminaram por abrir espaço para uma perspectiva anódina e uma onda revisionista sem precedentes, onda esta que terminou por alimentar o negacionismo transposto para o debate público a partir de discursos ideológicos e de largo alcance.

Não por acaso, membros do governo de Jair Bolsonaro pretenderam deslanchar uma ofensiva revisionista/negacionista sobre aquilo que os historiadores tinham consensuado e que constava nos livros didáticos. Pretendendo reescrever a história recente do Brasil, especialmente a história da Ditadura inaugurada pelo golpe de 1964, personagens que integravam a estafe bolsonarista atentavam contra o passado, a memória e a história consagrada pelos historiadores e demais estudiosos profissionais. Como disse o general Aléssio Ribeiro Souto, um dos responsáveis pela área técnica de Educação na equipe de campanha do então candidato Jair Bolsonaro, “Os livros de história que não tratam o regime de [19]64 no contexto da verdade tem que ser eliminados das escolas” (PRAZERES, 2018).

Sobre o mesmo assunto, o primeiro ministro da Educação do governo Bolsonaro, Ricardo Vélez Rodriguez, escreveu que 31 de março de 1964 é uma data para “lembrar e comemorar” e mais, haja vista que “Nos treze anos de desgoverno (sic) lulopetista os militantes e líderes do PT e coligados tentaram, por todos os meios, desmoralizar a memória dos nossos militares e do governo por eles instaurado em [19]64” (MATOSO, 2018).

A disputa pela memória é sempre uma disputa pelo patrimônio histórico dos vivos. Entretanto, como assegura Walter Benjamin, nem mesmo os mortos podem descansar sossegado se o inimigo continuar a vencer (2011, p. 211). Assim, não é de um passado morto que estamos tratando, mas de um passado que é definido pelo presente, um passado definidor de todos os possíveis sentidos de futuro, um passado aberto, sujeito a múltiplas e variadas interpretações. É no espírito desta compreensão de história, no espírito dos debates inscritos nas fronteiras com a memória, que as polêmicas sobre o golpe de 1964 e a ditadura permanecerão ocorrendo.

### Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. 8 ed. rev. e ampliada, São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história”. In: **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 2011.
- BIANCHI, Álvaro. “É possível escrever a história recente dos trotskismos brasileiros?”. **Perseu**, São Paulo, ano 8, nº 6, 2012 p. 361-380.
- BOLSONARO, Jair. Esquerda nunca mais. **YouTube** (vídeo). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=2I\\_0pT0SDwM](https://www.youtube.com/watch?v=2I_0pT0SDwM). Acesso em: 22/03/2024.
- BRASIL: **nunca mais**. 19 ed. Petrópolis, Vozes, 1986.
- BUBLITZ, Juliana. Entrevista com o historiador Daniel Aarão Reis sobre a ditadura: “liderada por milicos, com participação civil”. **GZH**, Porto Alegre, 29 mar. 2014. Disponível em <http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2014/03/entrevista-com-o-historiador-daniel-aarao-reis-sobre-a-ditadura-liderada-por-milicos-com-participacao-civil-4460416.html#showNoticia=SWN2TDR5TygzODM1NTQ4Njc4Njg5Mzk4Nzg0Li9ANTlzMdK5ODgwODkyMzk2Nzc5MDxjKTC5MDgyNDMxMDIwNjQ3MDU1MzYzTn4+PVxoeEM8SC8oL3IzWyk> Acesso em 21/03/2024.
- CAMPOS, Esteban Javier; ¿Una lectura revisionista de la lucha armada? Las políticas de la memoria en los ensayos sobre la violencia política en Argentina. **Revista Historia**, Universidad de Zulia. Facultad de Humanidades y Educación. Centro de Estudios Históricos, 3;3; 8-2013; p. 79-101.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- D´ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO (Org.), Celso. **Visões do golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.
- D´ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO (Org.), Celso. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

- D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO (Org.), Celso. **A volta aos quartéis**: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- DECCA, Edgar de. **1930: o silêncio dos vencidos**. Memória, história e revolução. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- DREIFUSS, René A. **1964**: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DUARTE, Lucas; SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. Os pesados edifícios da história: debates historiográficos sobre os anos 1960/70 no Brasil e na Argentina. **Crítica Marxista**, n. 49, 2019, p. 29-51.
- FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: historiografia e história. 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FERREIRA, Jorge. "O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 343-404.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaios de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- GABEIRA, Fernando. **O que é isso, companheiro?** São Paulo: Companhia de Bolso/Companhia das Letras, 2009.
- GEMINIANO, Wagner. **A invenção da historiografia brasileira profissional**. Geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012). Vitória: Editora Milfontes, 2020.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 4 ed. São Paulo: Ática, 1990.
- GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.
- IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- KALLÁS, Ana Lima. **O debate público de professores historiadores acerca da Ditadura pós-1964 no Brasil**: ensino de história, memória e usos públicos da história recente (1985-2015). Tese de Doutorado, Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2020.
- KOSELLECK, Reinhart. **História dos conceitos**: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.
- LARA, Sílvia Hunold. **Campos da violência**: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro. 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). **História**: novos objetos. 3 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). **História**: novas abordagens. 3 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). **História**: novos problemas. 4 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

- LOFF, Manuel. “Depois da Revolução?... Revisionismo histórico e anatemização da Revolução”. In: MELO, Demian (Org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 53-65.
- LOFF, Manuel; PIEDADE, Filipe; SOUTELO, Luciana (Coord.). **Ditaduras e revolução**. Democracia e políticas da memória. Coimbra: Almedina, 2015.
- MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, n. 55, 2008, p. 245-263.
- MATOSO, Camila. Novo ministro da Educação disse que golpe de 1964 deve ser comemorado. **UOL**, 2018. Disponível em: <https://painel.blogfolha.uol.com.br/2018/11/23/novo-ministro-da-educacao-disse-que-golpe-de-1964-deve-ser-comemorado/>. Acesso em: 21/03/2024.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- MELO, Demian. “1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão”. In: **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 157-188.
- PESSOA, Gabriela Sá. Toffoli diz que hoje prefere chamar o golpe militar de “movimento de 1964”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1º out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/toffoli-diz-que-hoje-prefere-chamar-ditadura-militar-de-movimento-de-1964.shtml>. Acesso em: 21/03/2024.
- POZZI, Pablo A. “Argentina: la memoria de la Oposición Obrera a la Dictadura”. In: CARDOSO, Lucileide Costa; CARDOSO, Célia Costa. **Ditaduras: memória, violência e silenciamento**. Salvador: Edufba, 2014, p. 67-87.
- PRAZERES, Leandro. General ligado a Bolsonaro fala em banir livros sem “a verdade” sobre 1964. **UOL**, 2018, Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/09/28/general-ligado-a-bolsonaro-fala-em-banir-livros-sem-a-verdade-sobre-1964.htm>. Acesso em 21/03/2024.
- QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (Org.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX, Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- REIS, Daniel Aarão *et. al.* **Versões e ficções: o sequestro da História**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.
- REIS, Daniel Aarão; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; RIDENTI, Marcelo (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**. Os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987
- ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo: 1970-1980**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SCORCE, Carlol. Historiador citado por Toffoli rejeita chamar ditadura de “movimento”. **Carta Capital**, São Paulo, 1º de out. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/historiador-citado-por-toffoli-diz-que-e-errado-chamar-ditadura-de-movimento-de-64>. Acesso em 18/03/2024.



SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. “Revisão e revisionismo na historiografia brasileira contemporânea”. In: GODINHO, Paula; FONSECA, Inês; BAÍA, João (Coord.). **Resistência y/e memória: perspectivas ibero-americanas** [Documento electrónico]. Lisboa: IHC-FCSH/UNL, 2015, 325-338.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. O espelho da memória: um debate com o revisionismo histórico em torno da ditadura. **Crítica Marxista**, São Paulo, nº 40, 2015, p. 121-132.

SIRKIS, Alfredo. **Os carbonários: memórias da guerrilha perdida**. 10 ed. São Paulo: Global, 1988.

TAPAJÓS, Renato. **Em câmara lenta**. 2 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

TRAVERSO, Enzo. **La historia como campo de batalla: interpretar las violencias del siglo XX**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

TUROLLO JR., Reynaldo; CASADO, Letícia. “Nunca mais a escravatura, ditadura, fascismo e comunismo”, diz Toffoli sobre a Constituição. **Folha UOL**, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/nunca-mais-escravatura-ditadura-fascismo-e-comunismo-diz-toffoli-sobre-a-constituicao.shtml>. Acesso em: 21/03/2024.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. São Paulo: Círculo do Livro, 1988.

VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a Memória Histórica**. São Paulo: Hucitec, 1997.

VEZZETTI, Hugo. **Sobre la violencia revolucionaria: memorias y olvidos**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.

VINYES, Ricard (ed). **El Estado y la memoria**. Gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia. Barcelona: RBA Libros, 2009.

## Notas

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades (CRH) da FFCH-UFBA. Líder do Grupo de Pesquisa Política - História Política, dos Partidos e Movimentos Contemporâneos de Esquerda e Direita - <https://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/778320>. Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/2604693926694046>. Orcid - <https://orcid.org/0000-0003-4682-1659>. E-mail [zacasenajr@uol.com.br](mailto:zacasenajr@uol.com.br).

<sup>2</sup> Consensualmente os historiadores denominam o golpe de 1964 como “civil-militar” ou “empresarial-militar” em função da vasta documentação que atesta a participação ativa de setores da burguesia no movimento de 31 de março/1º de abril de 1964. A extensão do qualificativo à própria Ditadura, contudo, é motivo de controvérsias e mesmo não havendo dúvidas quanto à manutenção do apoio de setores da burguesia ao regime, não há consenso sobre o fato de que o empresariado tenha governado o Brasil junto com os militares (FICO, 2017, p. 53). Por conta disso, opto pela denominação de golpe civil-militar de 1964, na perspectiva consagrada por René Dreifuss (1981), e Ditadura Militar, que me parece ser o termo mais adequado conceitualmente.

<sup>3</sup> O projeto “Brasil, nunca mais”, uma iniciativa da Arquidiocese de São Paulo através do arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns e que contou com a participação do rabino Henry Sobel e do pastor presbiteriano Jaime Wright, deu origem a um livro homônimo (1986).

<sup>4</sup> Criada pela Lei 12.528/2011, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi instituída em maio de 2012 no governo de Dilma Rousseff. Encarregada de “apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988”, a CNV publicou um extenso relatório em 2014. Mesmo sem a previsão de promover justiça quanto aos crimes cometidos pelos agentes do Estado durante a Ditadura, ao longo dos dois anos de trabalho da CNV, a sociedade brasileira foi confrontada com seu passado recente, sendo exposta a debates que por vezes eram resumidos em telejornais no horário nobre da TV brasileira. Há

---

poucas dúvidas quanto a importância da CNV para o resgate da memória de um passado traumático na história recente brasileira.

<sup>5</sup> Seria dispendioso e desnecessário citar obras do período, mesmo a título de exemplo. Para que seja confirmado o que aqui se diz, basta uma visita as obras publicadas nessa década para se constatar a variedade temática e a profusão de novas abordagens que sacudiram o mercado editorial brasileiro.

<sup>6</sup> Como expoentes da “nova historiografia da escravidão”, alguns dos quais criticados diretamente por Gorender, podemos citar Kátia Mattoso (1990), João José Reis (1987), Sidney Chalhoub (1990) e Silvia Hunold Lara (1988).

<sup>7</sup> Chama-se de “teoria dos dois demônios” a concepção surgida no informe da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP), um órgão ligado ao projeto *Nunca Más* da Argentina, que diz em seu prólogo: “Durante la década de [19]70 la Argentina fue convulsionada por un terror que provenía tanto desde la extrema derecha como de la extrema izquierda, fenómeno que ha ocurrido em muchos otros países”. Disponível em: <http://www.desaparecidos.org/arg/conadep/nuncamas/7.html> Acesso em 18/03/2024.

<sup>8</sup> Analisando o produto das primeiras obras sobre a Revolução Francesa, escritas no calor do acontecimento, Henry Rousso, anotou: “A historiografia frequentemente informada, que repousa sobre a *corpora* de fontes, coletâneas de documentos oficiais, mas também quase sempre engajada, de um lado como de outro, inteiramente atravessada pelas paixões políticas herdadas da Revolução e das suas sequelas, marcada, portanto, pela tensão entre a vontade de compreender e a necessidade de tomar partido”.

Recebido em: 23 de abr. 2024

Aprovado em: 05 de mai.2024